

A presença dos seniores na demografia organizacional

Victor Richarte Martinez (*)

- "Você contrataria alguém com mais de 50 anos?"

- "Claro que sim..."

desde que a pessoa seja competente..."

É a resposta politicamente correta que se ouve em público e se lê nas publicações do mercado. Mas, de fato, nas organizações é essa a realidade?

A Organização Mundial da Saúde relata que a expectativa de vida no Brasil sobe para 75 anos. Com a discussão da extensão da idade mínima para se aposentar fica evidente que o discurso difere da prática. Já é senso comum que passar dos 40 anos representa menor chance de conseguir novas oportunidades de trabalho, mesmo nas organizações em que a pessoa trabalha há anos. Lembro-me do caso de um profissional de 50 anos que participou de longo processo seletivo para gerência e após meses teve como feedback que ele não fora aprovado por ser alto, ter voz grave e poderia intimidar as pessoas nas unidades.

Detalhe: ele tem 1,78m de altura. Semanas mais tarde, ele soube por um líder que apesar de ser (bem) aprovado em todas as fases, a organização entendia (mas não explicitava, pois isso não se diz em público) que ele passou da idade para ser gerente. Foi aprovado o marido de uma das selecionadoras do processo. Alguém falou em "justiça" organizacional?

Soma-se ainda que um forte traço cultural brasileiro é a valorização da juventude. Na publicidade se busca o corpo de 20 anos e a mentalidade de jovem, ser "antenado".

Chamar alguém de velho pode ser ofensivo, como se significasse ultrapassado e não aderente ao que todo mundo pensa. Fora do Brasil, a publicidade está acompanhando essa mudança contratando pessoas mais velhas para produtos direcionados a essa população, no claro entendimento de que, além de um público consumidor, as empresas tem responsabilidade social. O que fazer com o etarismo, ou seja, o preconceito às pessoas mais velhas em ambiente de trabalho?

Sabemos que a carreira é de responsabilidade do indivíduo, mas inegavelmente organizações sérias se preocupam em atrair talentos, seja a idade que eles estiverem. Se o indivíduo precisa sempre se capacitar e reconhecer em suas competências cruciais e, principalmente, saber como e onde negociá-las; por outro lado, a organização e, em especial o RH, precisa ficar atento para traços culturais da organização de miopia para o conhecimento além das rugas e dos grisalhos.

Algumas críticas apontam que os seniores apresentam comportamentos enraizados difíceis de mudar como tendência a reclamar, dificuldade em aceitar novas tecnologias, resistência a lideranças mais novas etc. Mas isso também

não acontece com gente mais jovem? E também não é o papel das lideranças e do RH desenvolver pessoas?

E o que dizer das contribuições dos 50+? Nem sempre com papel oficial, os seniores atuam em equipes muitas vezes como mentor e coach, ouvindo queixas e aconselhando gestores e colegas, outras vezes sendo para-raios antevendo e acalmando as pessoas de quem nem todo vento é tempestade e de quem nem todo novo gestor significa corte, entre outros comportamentos que costumam harmonizar ambientes, estabilizando as ansiedades mais comuns em jovens.

Se houvesse resposta fácil para gestão de pessoas, haveria softwares habilitados em descobrir tipos de diversidades compatíveis ou não entre si! Parece enredo típico de ficção científica e de consultoria de relações humanas. E já existem por aí, acreditem!

Frente a isso, cabe à gestão (eficiente e séria) da diversidade ir além das ações afirmativas, das respostas às pressões sociais e além da comunicação midiática para gerar imagem de inclusão e partir realmente para a prática e retorno à organização e aos funcionários. Reconhecer que competências podem (ou não) estarem em qualquer idade e o que importa é como a pessoa se comporta e contribui para a organização.

Práticas de gestão da diversidade alinhadas aos processos de Recursos Humanos como atenção às chamadas de recrutamento às vagas da organização, reconhecimento de vieses pessoais na interação com pessoas mais velhas, seja em entrevistas de seleção, na análise da vaga, na discussão com o gestor direto, no treinamento em sala, ou seja, em qualquer situação do dia a dia são fontes de reflexão para pessoas seriamente comprometidas com a riqueza que a diversidade, quando bem gerida, proporciona. É para isso que a gestão da diversidade com pilares bem fundamentados trabalha!

O assunto também está em pauta no Comitê de Relações Humanas da Ampro - Associação de Marketing Promocional. A importância da diversidade no mercado do Live Marketing foi, inclusive, assunto no último encontro entre profissionais promovido pelo Comitê, que aconteceu no final de julho, em São Paulo.

A presidente do Comitê, Dilma Campos, afirma que ter equipes diversas não é mais uma opção, é uma obrigação das empresas. Os clientes valorizam e até mesmo já solicitam a diversidade nas equipes de comunicação, por exemplo, porque sabem que é mais fácil entender o consumidor quando se partilham os mesmos valores, conhecimentos e mindset.

(*) - É PhD em Diversidade pela FEA USP, consultor, palestrante e pesquisador em diversidade nas organizações pela Cambio Consultoria e conselheiro do Comitê de RH da Associação de Marketing Promocional (victor.richarte@gmail.com).

Propostas da CPI dos Cartões beneficiam lojistas e consumidores

Começaram a tramitar no Senado as propostas elaboradas pela CPI dos Cartões de Crédito, que foi encerrada no mês passado

A primeira cria o Certificado de Recebíveis de Cartão de Crédito (CRCC), que vai permitir que lojistas transformem seus créditos junto às operadoras de cartões em títulos e os negociem livremente. A proposta determina que o CRCC poderá ser negociado no mercado, e não apenas no sistema financeiro, como ocorre atualmente, permitindo que comerciantes ofereçam esses títulos como garantia aos fornecedores, ou mesmo, que os vendam para fundos de crédito, dentre outras alternativas.

Autor do projeto e relator da CPI dos Cartões, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) explica que seu objetivo é diminuir o custo financeiro dos comerciantes, beneficiando ao final os consumidores, com redução de preços e dinamização econômica. Ele reforça que já é uma prática



Maioria das famílias endividadadas aponta o cartão de crédito como o principal vilão.

comum dos comerciantes antecipar os recebíveis no mercado financeiro. O problema é o que ele chama de "atitude anticompetitiva" dos bancos, que comumente negociam com taxas de juros "absurdamente altas para o risco envolvido".

Outro projeto apresentado pela CPI é o que torna publicidade enganosa qualquer forma de propaganda que utilize expressões como "parcelamento sem juros", "sem acréscimos", "com taxa zero", "gratuito" ou semelhantes. Bezerra Coelho

alega que a publicidade de crédito com expressões deste tipo podem induzir o consumidor a errar. A proposta prevê que toda publicidade nos meios de comunicação contenha uma advertência sobre os riscos do endividamento com a utilização do cheque especial ou do crédito rotativo.

Outro projeto em tramitação visando prevenir o endividamento dos consumidores é o que impõe aos comerciantes e às instituições financeiras a divulgação ostensiva de alertas sobre os riscos do endividamento através do cartão de crédito ou do cheque especial. Bezerra cita levantamento da CNC indicando que quase 60% das famílias brasileiras estão endividadadas em razão do uso de cheque pré-datado, cartões de crédito, cheque especial, carnês de loja, empréstimos pessoais, prestações de carro ou seguro (Ag.Senado).

Legalização de jogos de azar está pronta para votação

A proposta que prevê a legalização dos jogos de azar e a reabertura dos cassinos no país está pronta para ser analisada no Plenário do Senado, mas segue dividindo opiniões. O projeto, do senador Ciro Nogueira (PP-PD), autoriza a exploração de "jogos de fortuna", on-line ou presenciais, em todo o território nacional.

Pelo substitutivo do senador licenciado Benedito de Lira (PP-AL) à proposta, a regulamentação contempla o jogo do bicho; vídeo-bingo e videojogo; bingos; cassinos em complexos integrados de lazer; apostas esportivas e não esportivas e cassinos on-line. O credenciamento para exploração do jogo de bingo e vídeo-bingo terá prazo de 20 anos, renovável por igual período, e será de responsabilidade dos estados. Já o dos cassinos terá validade de 30 anos, podendo ser renovado por sucessivos períodos.

A proposta de legalizar os jogos de azar tinha sido aprovada no ano passado pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, que poderia decidir de forma terminativa. Mas houve requerimento para que fosse votada antes na CCJ, onde a maioria dos senadores a rejeitou, seguindo as posições dos senadores Magno Malta (PR-ES) e Raulo de Faria (Rede-AP), que apresentaram votos em separado pela rejeição.

Ciro Nogueira argumentou que o objetivo do projeto é garantir mais dinheiro aos cofres públicos, além de gerar milhares de empregos. afirmou ainda que existe uma "cortina de fumaça", como se o jogo já não fosse uma realidade. "O Brasil hoje é um dos países em que mais se joga no mundo. O mercado clandestino movimentado cerca de R\$ 20 bilhões por ano" (Ag.Senado).

Partidos receberam R\$ 1,3 bilhão para financiar campanha eleitoral

Do total de R\$ 1,7 bilhão do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mandou pagar cerca de R\$ 1,3 bilhão para 22 dos 35 partidos políticos que têm direito aos recursos. Segundo o tribunal, DEM, Avante, PRB, Pros, PSC, PT, PTC, MDB, Patri, PHS, PMN, Pode, PPS, PR, PRP, PRTB, PSD, PSDB, PSL, PSOL, PV e SD receberam a verba para financiar a campanha eleitoral.

Mais 12 legendas - PSTU, PDT, PMB, PP, PTB, Rede, PCB, PCdoB, DC, PCO, PPL e PSB - tiveram o processo aprovado, e o TSE deve emitir as ordens de pagamento nos próximos dias. O partido Novo ainda não indicou ao TSE os critérios de distribuição do fundo para receber sua quota. O Novo já se declarou contra a aplicação de recursos públicos no financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.

"O Novo é mantido por seus filiados e doadores, não pelos impostos, pagos pelo



Os recursos são a principal fonte de custeio das campanhas eleitorais, após a proibição das doações de empresas.

cidadão", diz o partido, que tem 19.026 filiados, segundo dados disponíveis no portal do TSE. A legenda tem direito a R\$ 980.691,10 do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Conforme o TSE, se o Novo não requisitar sua parcela do fundo, o valor será devolvido ao Tesouro Nacional até o fim deste ano.

Para receber os recursos do fundo, os partidos têm de formalizar o pedido no TSE e mandar a ata da reunião do

diretório nacional que definiu os parâmetros de distribuição da verba. Entre os critérios, obrigatoriamente está a destinação de 30% do total para o custeio das campanhas das candidatas de cada partido. O FEFC foi criado no ano passado, como parte da reforma política. Os recursos estão previstos no Orçamento Geral da União e são a principal fonte de custeio das campanhas eleitorais, após a proibição das doações de empresas (ABR).

Sérgio Moro aceita denúncia do MPF contra Vaccarezza

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro colocou, ontem (22), o candidato a deputado federal Cândido Vaccarezza (Avante-SP) no banco dos réus da Operação Lava Jato. O magistrado aceitou a denúncia do MPF, no Paraná, contra o ex-líder dos Governos Lula e Dilma na Câmara e contra outros nove investigados por formação de quadrilha, corrupção e lavagem de dinheiro, em suposto esquema de corrupção relativo ao fornecimento de asfalto pela empresa americana Sargeant Marine à Petrobras.

"Presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, recebo a denúncia contra os acusados", afirmou Moro. A Lava Jato aponta que Vaccarezza, líder do PT na Câmara na época dos fatos, "utilizou a influência decorrente do cargo em favor da Sargeant Marine, o que culminou na contratação, pela Petrobras, de cinco operações de fornecimento de asfalto entre 2010 e 2013, no



Juiz federal, Sérgio Moro.

valor de aproximadamente US\$ 74 milhões".

"O ex-deputado usou sua força e influência políticas para atender aos interesses da Sargeant Marine e, com a contratação da empresa americana pela Petrobras, obter vantagens indevidas para si e para outros denunciados", sustenta a Procuradoria. Um dia depois de ser denunciado, Vaccarezza afirmou a amigos que a acusação contra ele "se baseia numa delação premiada de uma única pessoa". Em mensagem, o candidato escreveu que tem

"condições de disputar e ganhar as eleições".

O ex-deputado foi preso em agosto do ano passado na Operação Abate, 44.ª fase da Lava Jato. O juiz federal Sérgio Moro mandou soltar Vaccarezza, que alegou "problemas de saúde", mas com imposição de seis medidas cautelares. Uma delas, a fiança de R\$ 1,5 milhão. Vaccarezza deixou a cadeia sem pagar o montante. Na terça-feira, 14, Moro deu um ultimato ao ex-deputado: prazo de cinco dias para o ex-parlamentar acertar as contas (AE).

Câmara cassa mandato de Paulo Maluf

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados determinou ontem (22) a cassação do mandato do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) por unanimidade. O ex-governador de São Paulo foi condenado em maio de 2017 pela primeira turma do STF a 7 anos e 9 meses de prisão por lavagem de dinheiro. Maluf chegou a cumprir três meses de pena em regime fechado no complexo penitenciário da Papuda, em Brasília. Em março, conseguiu mudança para prisão domiciliar por motivos de saúde.

O político paulista foi condenado por usar contas no exterior para lavar recursos desviados enquanto foi prefeito de São Paulo, em obras como a



Em março, Maluf conseguiu mudança para prisão domiciliar.

da avenida Águas Espraiadas, atual Roberto Marinho, entre 1993 e 1996. A decisão vinha

sendo adiada por causa de um impasse institucional. Após a condenação, o STF pediu a perda imediata do mandato, porém, segundo a Constituição, em casos de condenação criminal de deputados, a cassação do mandato deve ser decidida pelo plenário da Casa.

A Mesa Diretora entendeu que como foi condenado, o deputado não poderia comparecer às sessões da Câmara e, portanto, a decisão poderia ser administrativa. A tese é contestada pela defesa de Maluf. O suplente do deputado afastado, Junji Abe (MDB-SP), será efetivado na vaga, que já ocupava desde o afastamento do ex-prefeito de São Paulo, ocorrido em fevereiro (ANSA).